

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2012

### COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO 2012

A Portobello S.A. (BM&FBovespa - código: PTBL3), hoje a maior empresa de revestimento cerâmico da América do Sul, listada na BOVESPA desde 1991 e no segmento "Novo Mercado", apresenta seus resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em reais, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e com o IFRS (International Financial Reporting Standards). As comparações realizadas neste comunicado levam em consideração os exercícios de 2011 e 2010.

### DESTAQUES

- A Receita Bruta atingiu R\$ 883 milhões em 2012, superando em 18% o ano anterior;
- A Receita Operacional Líquida foi de R\$ 706 milhões, com crescimento de 20% sobre 2011;
- As vendas no mercado interno cresceram 20% quando comparado com o ano anterior e foram superiores em 15 p.p. ao crescimento do setor (ABRAMAT);
- O Lucro Bruto totalizou R\$ 250 milhões, evolução de 35% quando comparado a 2011 e ganho de 3 p.p. na margem bruta;
- O Lucro Operacional (EBIT) cresceu 84%, atingindo R\$ 114 milhões com uma margem de 16%, 5 p.p. acima do ano anterior;
- O EBITDA atingiu R\$ 129 milhões, com margem de 18% e crescimento de 66% em relação a 2011;
- O Lucro Líquido foi de R\$ 66 milhões, com margem de 9%. Houve crescimento de 169% na comparação com o ano de 2011;

### Mensagem da Administração

O ano de 2012 representou um passo importante da Portobello S.A. em direção à consolidação de um novo patamar operacional.

O desempenho da Portobello neste ano consolida os resultados obtidos nos anos anteriores que foram positivamente impactados pelo atual momento da construção civil brasileira, aliado à nossa capacidade de capturar e potencializar essas oportunidades, mas com otimizações e racionalizações constantes que fazem parte da nossa cultura interna. O excelente resultado alcançado neste exercício está evidenciado quando comparamos com os dados divulgados pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT).

Aproveitando as oportunidades proporcionadas pelo mercado, a Administração manteve foco no mercado interno, mas aumentando as vendas no mercado externo. A produção foi concentrada em produtos de maior valor agregado e o modelo de produção híbrido, que combina produção própria e terceirizada ("outsourcing"), permitiu atender, com flexibilidade e velocidade, a demanda por produtos comerciais, principalmente para o segmento de construtoras e incorporadoras.

A maturidade do lançamento de produtos aliada à agressividade nas ações comerciais, contribuíram para o aumento da margem e para crescimento acima do mercado, haja vista que o crescimento das nossas vendas no mercado interno foram superiores ao apontado pelos indicadores setoriais.

Durante o exercício, deu-se continuidade às ações de racionalização interna buscando ganhos de produtividade, qualidade e redução de custos. Por outro lado, houve alguns ajustes no preço de certos insumos, o que reduziu, em parte, os ganhos obtidos no processo produtivo.

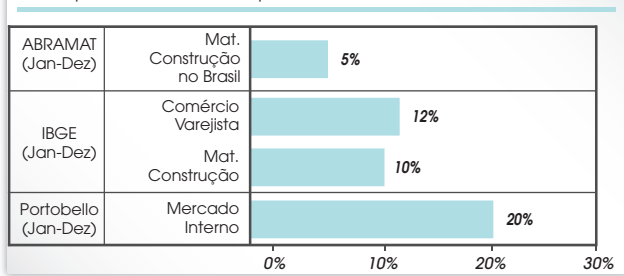
Os processos de meritocracia, baseado em metas, avaliações e remuneração variável vem contribuindo significativamente para o nosso processo de melhoria dos resultados.

O excelente resultado no exercício, aliado à otimização do uso de capital de giro, nos permitiu realizar investimentos em melhoria no parque fabril, aprimorar o modelo logístico e ainda reduzir o endividamento em R\$ 15 milhões nos últimos 12 meses.

Aumento da lucratividade, ganhos de *market share* e redução do endividamento foram os traços marcantes do ano 2012. No decorrer do exercício, a Administração passou também a focar na revisão de seu planejamento estratégico e dos planos de expansão, este que já teve início no quarto trimestre com expansão e modernização da unidade fabril em Tijucas.

Os esforços, foram muito recompensadores. Encerramos 2012 otimistas com as perspectivas que se apresentam para a Companhia e convicts de que a empresa atingiu um novo patamar de maturidade. O futuro aponta para a manutenção do crescimento de nosso mercado e nos convida a exercitar a inovação e a criatividade, sem perder o pulso da gestão firme de custos, um elemento chave para a perenidade do negócio.

### Desempenho da Receita Líquida - 31/12/2012 x 31/12/2011



### Perspectivas

- Embora a economia brasileira tenha mostrado sinais de desaquiecimento em 2012, a Companhia estima a manutenção dos níveis de crescimento das vendas no mercado interno, conforme mencionamos anteriormente, em função dos lançamentos de empreendimentos imobiliários e da demanda percebida no varejo;
- A Portobello espera a continuidade da maior demanda por materiais de construção e por materiais de acabamento de maior valor agregado, segmento onde está inserida, também influenciada pela alíquota zero de IPI para produtos cerâmicos, prorrogada até o final de 2013. Para tanto, iremos aumentar a oferta com mais produtos adquiridos de terceiros e implantação de nova linha para produção de grandes formatos em junho de 2013;
- A Companhia acredita e tem direcionado os seus esforços para o mercado doméstico, seja ampliando sua gama de serviços e produtos dirigida ao mercado imobiliário e comercial das grandes construtoras, seja ampliando os investimentos em marketing e produtos de maior valor agregado para atender as redes de varejo e principais "home centers" brasileiros. Assim, esperamos manter o ritmo de crescimento apresentado nos últimos anos;
- No segmento das lojas especializadas, sua rede de franquias - Portobello Shop - tem programada a abertura de novas lojas em diversos Estados: Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Paraíba, Acre, Amapá, Rio Grande do Sul e São Paulo;
- A exportação tem se mostrado um mercado com potencial de crescimento, haja vista que este canal de vendas é o mais lucrativo da Companhia ao patamar atual de câmbio. A crescente demanda por produtos de maior valor agregado possibilita à Portobello atender este mercado potencializando sua lucratividade;
- As vendas de produtos das novas coleções lançadas em 2012 na mais importante feira de nosso setor - Revestir - foram até o momento superiores às expectativas iniciais, o que confirma que as políticas adotadas continuarão a incrementar a lucratividade das vendas;
- Continuidade nos ganhos de produtividade, com consequentes reduções de custos de produção e ganho de qualidade, e os investimentos em logística e nosso processo de meritocracia indicam a manutenção ou incremento da lucratividade aos níveis obtidos em 2012;
- A Companhia tem sofrido pressões inflacionárias nos custos dos insumos, principalmente para energia e mão de obra, que necessitarão ser neutralizados pela constante busca por ganhos de produtividade. O risco de aumento no gás natural existe e pode afetar a competitividade da Portobello e da indústria cerâmica catarinense;
- A Portobello considera importantes as medidas em análise pelos órgãos governamentais objetivando revisar as tarifas de importação dos porcelanatos técnicos de forma a regularizar a competitividade da indústria nacional neste segmento específico de produtos;
- Neste ano de 2013 o setor cerâmico será beneficiado pela desoneração da folha de pagamento, o que irá melhorar a competitividade do setor cerâmico brasileiro.

### Distribuição

A Portobello distribui seus produtos através de quatro canais distintos, com características específicas de portfólio de produtos, equipes de profissionais especializados, serviços, logística e política comercial:

### Mercado interno

- São três os canais de distribuição:
  - Varejo (multimarcas) - Canal responsável pelo atendimento a revendedores de materiais de construção ("home centers") que revendem nossos produtos no varejo para o consumidor final ou para pequenos construtores.
  - Engenharia - Equipes e estrutura comercial especializadas para atender empresas de construção civil (construtoras e incorporadoras), para obras residenciais, comerciais ou públicas.
  - Portobello Shop - Rede de lojas especializadas em produtos Portobello que atendem os clientes de varejo por meio de franquias sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello, focadas no consumidor mais exigente quanto à qualidade, atendimento e serviço. Com 110 lojas instaladas em todo o Brasil, a Portobello Shop tornou-se um sucesso, possibilitando assim, o desenvolvimento de novos formatos de negócio como o modelo Empório, que foi adaptado a diferentes perfis de cidades, buscando a expansão em regiões que não comportavam uma unidade tradicional.

### Mercado externo

A Portobello é uma marca internacional e comercializa seus produtos em 60 países, através de equipe própria e representantes independentes. Os principais destinos das exportações em 2012 foram Argentina, Paraguai, Chile, Uruguai, Reino Unido, Peru, África do Sul, México, Bolívia e Bélgica. As exportações são restritas aos mercados mais rentáveis, sendo que neste ano representaram 8% da Receita Líquida. Com as taxas de câmbio nos níveis atuais, a Companhia acredita que vendas neste mercado, concentradas em produtos de maior valor agregado, continuarão a contribuir de forma relevante aos resultados da Companhia.

A rentabilidade obtida pela exportação confirma os avanços da empresa em busca da competitividade internacional. Esta competitividade assegura maior equilíbrio de vendas em eventuais dificuldades que possam afetar o mercado doméstico.

### Desempenho Econômico-Financeiro

	4T10	4T11	4T12	4T12 x 4T11	Varição %
<b>Resultado consolidado</b>					
Receita operacional bruta.....	183.420	193.644	238.853		23%
Receita operacional líquida.....	144.632	150.635	192.182		28%
Lucro operacional bruto.....	48.333	47.859	69.056		44 p.p.
Margem bruta.....	33%	32%	36%		4 p.p.
Vendas.....	(21.578)	(25.445)	(28.894)		14%
Gerais e administrativas.....	(4.161)	(5.061)	(5.424)		7%
Outras receitas (despesas) operacionais.....	(4.334)	301	(2.902)		-1064%
<b>EBIT</b>	<b>18.260</b>	<b>17.654</b>	<b>31.836</b>		<b>80%</b>
Margem EBIT.....	13%	12%	17%		5 p.p.
Resultado financeiro (inclui outros ganhos e perdas).....	(5.698)	(4.934)	(3.997)		-19%
<b>Resultado operacional</b>	<b>12.562</b>	<b>12.720</b>	<b>27.839</b>		<b>119%</b>
Tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL).....	(2.487)	(4.455)	(7.739)		74%
Resultado operações continuadas.....	10.075	8.265	20.100		143%
Resultado operações descontinuadas (*).....	(6.921)	(157)	77		-149%
<b>Lucro líquido do trimestre</b>	<b>3.154</b>	<b>8.108</b>	<b>20.177</b>		<b>149%</b>
Margem líquida.....	2%	5%	10%		5 p.p.
<b>EBITDA</b>	<b>22.308</b>	<b>21.678</b>	<b>35.343</b>		<b>63%</b>
Margem EBITDA.....	15%	14%	18%		4 p.p.

(\*) As operações da controlada Portobello América foram descontinuadas em 31/12/2010 e os dados relativos a esta operação estão de forma aglutinada conforme as normas do CPC/IFRS. Os comentários aqui apresentados seguem este padrão.

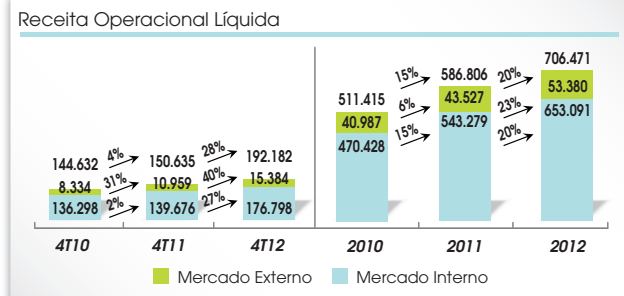
	2010	2011	2012	2012 x 2011	Varição %
<b>Resultado consolidado</b>					
Receita operacional bruta.....	648.582	745.384	882.769		18%
Receita operacional líquida.....	511.415	586.806	706.471		20%
Lucro operacional bruto.....	163.444	186.153	250.419		35%
Margem bruta.....	32%	32%	35%		3 p.p.
Vendas.....	(75.754)	(97.452)	(103.996)		7%
Gerais e administrativas.....	(16.985)	(18.675)	(23.495)		26%
Outras receitas (despesas) operacionais.....	42	(8.307)	(9.408)		13%
<b>EBIT</b>	<b>70.747</b>	<b>61.719</b>	<b>113.520</b>		<b>84%</b>
Margem EBIT.....	14%	11%	16%		5 p.p.
Resultado financeiro (inclui outros ganhos e perdas).....	(27.349)	(24.617)	(18.348)		-25%
<b>Resultado operacional</b>	<b>43.398</b>	<b>37.102</b>	<b>95.172</b>		<b>157%</b>
Tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL).....	(2.669)	(12.164)	(30.024)		147%
Resultado operações continuadas.....	40.729	24.938	65.148		161%
Resultado operações descontinuadas (*).....	(8.425)	(548)	527		-196%
<b>Lucro líquido acumulado</b>	<b>32.304</b>	<b>24.390</b>	<b>65.675</b>		<b>169%</b>
Margem líquida.....	6%	4%	9%		5 p.p.
<b>EBITDA</b>	<b>87.509</b>	<b>77.637</b>	<b>129.253</b>		<b>66%</b>
Margem EBITDA.....	17%	13%	18%		5 p.p.

(\*) As operações da controlada Portobello América foram descontinuadas em 31/12/2010 e os dados relativos a esta operação estão de forma aglutinada conforme as normas do CPC/IFRS. Os comentários aqui apresentados seguem este padrão.

### Receita Líquida

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 706 milhões em 2012, 20% acima dos 587 milhões do exercício de 2011, sendo que 92% foram realizados no mercado interno, que teve uma performance de 20% superior quando comparada com 2011 e crescimento similar entre os canais Engenharia, Varejo multimarcas e Portobello Shop. Já o mercado externo apresentou um crescimento de 23% quando comparado com 2011, em função da taxa de câmbio e do foco em produtos de maior valor agregado para esse mercado.

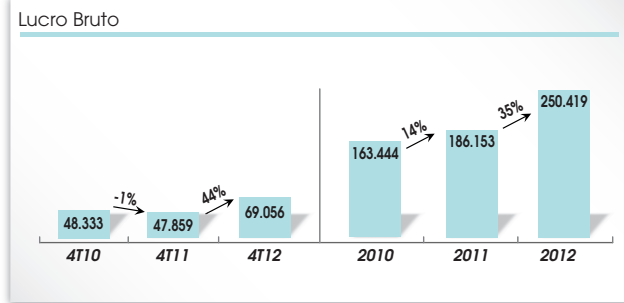
O excelente desempenho da receita líquida deu-se por conta de um mix de produtos com maior valor agregado e o aumento da participação de produtos adquiridos de terceiros ("outsourcing").



### Lucro Bruto

Em 2012, o lucro bruto totalizou R\$ 250 milhões e apresentou um crescimento de 35% superior aos R\$ 186 milhões de 2011.

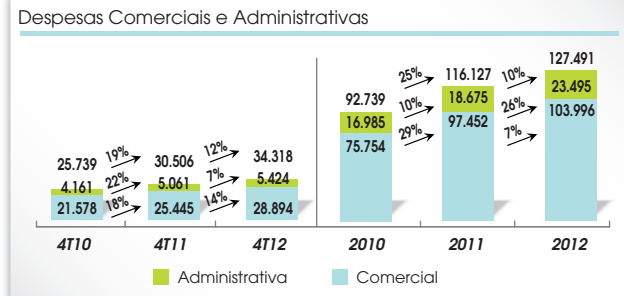
Este desempenho deve-se, além do mix de venda mais nobre (preço médio maior) com lucratividade maior por unidade vendida, à melhoria na performance industrial fruto das ações e medidas focadas em ganhos de produtividade, redução de custos, ganhos de qualidade e aperfeiçoamento contínuo dos processos industriais e logísticos. Consequentemente a margem bruta de 35% foi superior em 3 p.p. quando comparada com 2011, consolidando a lucratividade bruta em um novo patamar, em torno de 35%.



### Resultado Operacional

As despesas comerciais somaram R\$ 104 milhões em 2012, correspondendo a um incremento de 7% comparadas às do mesmo período de 2011. Como percentual da receita líquida atingiu 15%, contra 17% em 2011, fruto do ganho de escala. O aumento das despesas comerciais decorre, principalmente, de iniciativas tomadas para aumento das vendas.

As despesas administrativas totalizaram 23 milhões, 26% superior ao exercício de 2011, em função das despesas com consultorias, diligências e gastos com estudos relativos a alternativas de expansão, mas mantiveram a mesma proporção da receita.



As outras despesas operacionais líquidas de R\$ 9 milhões no exercício, referem-se principalmente a provisão de participação dos funcionários no resultado a ser pago após o final do exercício, provisão referente programa de incentivo de longo prazo (ILP 2012) com liquidação completa após cinco anos do reconhecimento inicial e gastos com consultoria em projetos.

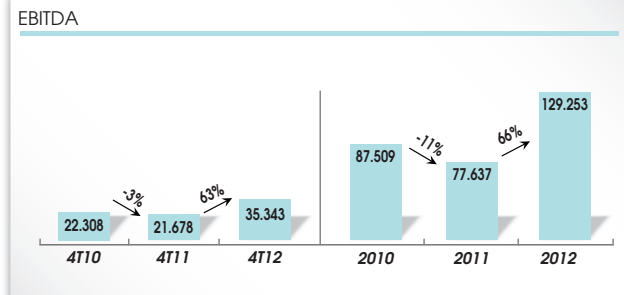
O resultado operacional antes do financeiro (EBIT) alcançou R\$ 114 milhões em 2012, apresentando um crescimento de 84% quando comparado ao ano de 2011. A relação EBIT sobre a receita líquida apresentou uma margem de 16%, 5 p.p. acima de 2011.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2012 apresentou despesa financeira líquida R\$ 18 milhões ante aos R\$ 25 milhões de 2011, inferiores em 25% quando comparadas com 2011. Estes ganhos decorrem da redução do endividamento, das taxas de juros de mercado e das melhores condições de financiamento da Companhia em função do resultado alcançado.

### EBITDA

Como resultado dos efeitos apresentados anteriormente, o EBITDA atingiu R\$ 129 milhões, com crescimento de 66% sobre o resultado obtido em 2011. A margem EBITDA foi de 18%, 5 p.p. acima da margem EBITDA do ano anterior. Destacamos que esse foi o primeiro ano em que o EBITDA superou a marca de R\$ 100 milhões.



	4T10	4T11	4T12	4T12 x 4T11	Varição %
<b>EBITDA</b>					
Lucro líquido.....	3.152	8.105	20.174		149%
Resultado financeiro (inclui outros ganhos e perdas).....	5.698	4.934	3.997		-19%
Depreciação e amortização.....	4.048	4.024	3.507		-13%
Tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL).....	2.487	4.455	7.739		74%
Operações descontinuadas/participação não controladores.....	6.923	160	(74)		-146%
(=) EBITDA das operações continuadas (*).....	22.308	21.678	35.343		63%
% da receita líquida.....	15%	14%	18%		4 p.p.
(*) De acordo com o CPC/IFRS, as operações descontinuadas não fazem parte do resultado operacional.					
<b>EBITDA</b>					
Lucro líquido.....	32.295	24.381	65.664		169%
Resultado financeiro (inclui outros ganhos e perdas).....	27.349	24.617	18.348		-25%
Depreciação e amortização.....	16.762	15.918	15.733		-1%
Tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL).....	2.669	12.164	30.024		147%
Operações descontinuadas/participação não controladores.....	8.434	557	(516)		-193%
(=) EBITDA das operações continuadas (*).....	87.509	77.637	129.253		66%
% da receita líquida.....	17%	13%	18%		5 p.p.
(*) De acordo com o CPC/IFRS, as operações descontinuadas não fazem parte do resultado operacional.					

### Lucro Líquido

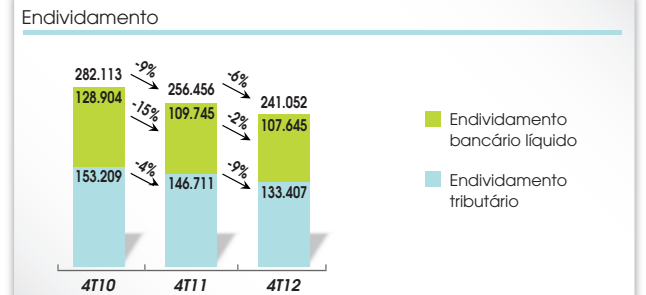
Como consequência dos efeitos anteriormente mencionados, o lucro líquido de 2012 atingiu R\$ 66 milhões, apresentando um crescimento de 169% quando comparado ao ano de 2011.

O resultado de 2012, mais os obtidos nos últimos anos e a decisão da Companhia em reduzir o seu capital social, garantiram aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25%, conforme previsto no Estatuto Social.

### Endividamento/Estrutura de Capital

A geração de caixa, decorrente do excelente desempenho operacional, foi destinada para a redução do endividamento em R\$ 15 milhões. Em 31 de dezembro de 2012 o endividamento bancário líquido era de R\$ 108 milhões, contra R\$ 110 milhões ao fim de 2011, já o endividamento tributário apresentou redução de 9%, efeito do pagamento das parcelas devidas.

Desta forma, a Companhia vem continuamente melhorando o perfil de seu endividamento através da: (i) redução de custo; (ii) prazo alongado, pois 55% da dívida é composta por parcelamento de impostos que tem prazo de até 15 anos e (iii) redução do nível de alavancagem para 1,9 vezes o EBITDA contra 3,3 vezes em 2011.



	2010	2011	2012
<b>Endividamento bancário líquido</b>			
Circulante.....	97.584	79.600	75.584
Não circulante.....	45.242	40.210	90.931
(=) Total do endividamento bancário.....	142.826	119.810	166.515
Disponibilidades e títulos e valores mobiliários.....	13.922	10.065	58.870
(=) Total do endividamento bancário líquido.....	128.904	109.745	107.645
<b>Alavancagem financeira</b>			
Endividamento bancário líquido.....	128.904	109.745	107.645
Endividamento tributário.....	153.209	146.711	133.407
EBITDA (últimos 12 meses).....	87.509	77.637	129.253
(=) Dívida bancária líquida/EBITDA.....	1,5	1,4	0,8
(=) Dívida bancária líquida e tributária líquida/EBITDA.....	3,2	3,3	1,9

Conforme destacado na Nota Explicativa 12, a Companhia detém créditos lastreados por contrato da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A., provenientes de ação judicial ganha movida por esta contra a Fazenda Nacional (Crédito Prêmio IPI). Ressalta-se que são créditos garantidos por ação transitada em julgado e já transformados em precatórios, pagos anualmente por um período de 10 anos. A primeira das dez parcelas, no valor de R\$ 10.097, foi recebida pela Portobello em agosto de 2011 e, conforme possibilita o contrato, com aplicação de deságio no valor total de R\$ 1.592. O saldo desses créditos em 31 de dezembro de 2012 representa R\$ 100.398 e, quando deduzidos do endividamento total, totalizam R\$ 140.654, representando uma relação Dívida Líquida (bancária

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	56.576	8.091	58.870	10.065
Contas a receber de clientes	9	137.626	104.303	142.678	107.867
Estoques	10	119.932	90.553	120.045	90.553
Adiantamentos a fornecedores		2.156	2.894	954	1.685
Tributos a recuperar	11	1.450	1.382	1.605	1.530
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11 e 15	-	699	459	1.152
Dividendos a receber		2.073	477	-	-
Despesas antecipadas		354	399	815	491
Créditos com controlada	42	41.839	38.405	-	-
Outros		1.760	1.902	2.804	2.580
		<u>363.766</u>	<u>249.105</u>	<u>328.230</u>	<u>215.923</u>
<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Créditos com controladas	42	5.369	3.728	-	-
Créditos com outras pessoas ligadas	12 e 42	100.398	93.780	100.398	93.780
Depósitos judiciais	13	8.457	7.924	8.494	7.961
Recebíveis da Eletrobrás	14	36.819	31.059	36.819	31.059
Tributos a recuperar	11	11.161	1.762	1.682	1.762
Ativo tributário	16	12.872	11.823	12.872	11.823
Ativo atuarial	28	3.641	3.837	3.641	3.837
Outros		519	519	595	1.061
		<u>169.757</u>	<u>154.432</u>	<u>164.501</u>	<u>151.283</u>
<b>Investimentos</b>	18	480	480	-	-
Participação em controladas		198	198	215	215
Outros investimentos		185.841	177.312	187.056	178.052
Imobilizado	19	15.120	4.658	15.319	4.749
Intangível	20	201.639	182.648	202.590	183.016
		<u>371.396</u>	<u>337.080</u>	<u>367.091</u>	<u>334.299</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>735.162</u>	<u>586.185</u>	<u>695.321</u>	<u>550.222</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operações continuadas	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Acumulado 31 de dezembro de 2012	Acumulado 31 de dezembro de 2011	Acumulado 31 de dezembro de 2012	Acumulado 31 de dezembro de 2011
Receita líquida de venda	31	659.489	547.960	706.471	586.806
Custo dos produtos vendidos		(456.861)	(401.156)	(456.052)	(400.653)
Lucro operacional bruto		202.628	146.804	250.419	186.153
Recargas (despesas) operacionais líquidas		(87.264)	(82.496)	(103.996)	(97.452)
Gerais e administrativas		(18.331)	(14.205)	(23.495)	(18.675)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33	41	(4.675)	(9.408)	(8.307)
Outros ganhos (perdas), líquidos	34	3.342	4.630	3.342	4.630
Resultado de equivalência patrimonial	18	10.386	10.028	-	-
		<u>(91.826)</u>	<u>(86.718)</u>	<u>(133.557)</u>	<u>(119.804)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		110.802	60.086	116.862	66.349
Resultado financeiro	35	15.924	17.760	16.140	18.369
Receitas financeiras		(33.720)	(41.275)	(34.195)	(41.839)
Despesas financeiras		(3.635)	(5.777)	(3.635)	(5.777)
Variação cambial líquida		(21.431)	(29.292)	(21.690)	(29.247)
		<u>89.371</u>	<u>30.794</u>	<u>95.172</u>	<u>37.102</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(23.091)	(5.752)	(29.408)	(11.465)
Imposto de renda e contribuição social	15	(616)	(699)	(616)	(699)
Diferido		(23.707)	(6.451)	(12.164)	-
		<u>65.664</u>	<u>24.343</u>	<u>65.675</u>	<u>24.381</u>
Lucro do período das operações continuadas		65.664	24.343	65.664	24.381
Participação dos não controladores		-	-	11	9
<b>Quantidade por lote de mil ações em circulação na data do balanço</b>		<u>159.009</u>	<u>159.009</u>	<u>159.009</u>	<u>159.009</u>
<b>Lucro (prejuízo) básico e diluído do período por ação - R\$</b>	37	<u>0,41</u>	<u>0,15</u>	<u>0,41</u>	<u>0,15</u>
De operações continuadas		0,41	0,15	0,41	0,16
De operações descontinuadas		-	-	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2010	Nota explicativa	Outros resultados abrangentes					Prejuízos acumulados	Total do PL
		Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial		
Transações de capital com sócios		267	-	-	46.872	429	(99.661)	60.864
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	24.343	24.343
Outros componentes do resultado abrangente		-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	30	-	-	-	(1.580)	-	1.580	-
Ganho atuarial	28	-	-	-	-	879	-	879
Variação cambial de controlada localizada no exterior	18	-	-	-	(4.296)	-	(4.296)	-
<b>Total do resultado abrangente do período</b>		-	-	-	<b>(1.580)</b>	<b>(3.417)</b>	<b>1.580</b>	<b>(3.417)</b>
Em 31 de dezembro de 2011		112.957	267	-	45.292	(2.988)	(73.738)	81.790
Transações de capital com sócios		-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital social	(72.159)	-	-	-	-	72.159	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	65.664	65.664
Outros componentes do resultado abrangente		-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	30	-	-	-	(1.579)	-	1.579	-
Perda atuarial	28	-	-	-	-	(1.299)	-	(1.299)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	18	-	-	-	(3.441)	-	(3.441)	-
<b>Total do resultado abrangente do período</b>		-	-	-	<b>(1.579)</b>	<b>(4.740)</b>	<b>1.579</b>	<b>(4.740)</b>
<b>Destinação do lucro</b>								
Dividendos		-	-	-	-	(13.742)	(13.742)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(1.853)	(1.853)	-
Reserva de lucros a destinar		-	-	46.786	-	(46.786)	-	-
Reserva legal		-	-	3.283	-	(3.283)	-	-
		<u>40.798</u>	<u>267</u>	<u>50.069</u>	<u>43.713</u>	<u>(7.728)</u>	-	<u>127.119</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2010	Nota explicativa	Outros resultados abrangentes					Prejuízos acumulados	Sub-total	Particip. dos não controladores	Total do PL
		Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial				
Transações de capital com sócios		267	-	-	46.872	429	(99.699)	60.826	10	60.836
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	24.381	24.381	9	24.390
Outros componentes do resultado abrangente		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	30	-	-	-	(1.580)	-	1.580	-	-	-
Ganho atuarial	28	-	-	-	-	879	-	879	-	879
Variação cambial de controlada localizada no exterior	18	-	-	-	(4.296)	-	(4.296)	-	(4.296)	-
<b>Total do resultado abrangente do período</b>		-	-	-	<b>(1.580)</b>	<b>(3.417)</b>	<b>1.580</b>	<b>(3.417)</b>	<b>8</b>	<b>81.798</b>
Em 31 de dezembro de 2011		112.957	267	-	45.292	(2.988)	(73.738)	81.790	8	81.798
Transações de capital com sócios		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital social	(72.159)	-	-	-	-	72.159	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	65.664	65.664	11	65.675
Outros componentes do resultado abrangente		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	30	-	-	-	(1.579)	-	1.579	-	-	-
Perda atuarial	28	-	-	-	-	(1.299)	-	(1.299)	-	(1.299)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	18	-	-	-	(3.441)	-	(3.441)	-	(3.441)	-
<b>Total do resultado abrangente do período</b>		-	-	-	<b>(1.579)</b>	<b>(4.740)</b>	<b>1.579</b>	<b>(4.740)</b>	-	<b>(4.740)</b>
<b>Destinação do lucro</b>										
Dividendos		-	-	-	-	-	(13.742)	(13.742)	(11)	(13.753)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(1.853)	(1.853)	-	(1.853)
Reserva de lucros a destinar		-	-	46.786	-	(46.786)	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	3.283	-	(3.283)	-	-	-	-
		<u>40.798</u>	<u>267</u>	<u>50.069</u>	<u>43.713</u>	<u>(7.728)</u>	-	<u>127.119</u>	<u>8</u>	<u>127.127</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Informações gerais**  
A Portobello S.A., também referida nesta demonstração como "Companhia" ou "Controladora", é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, que detém em 31 de dezembro de 2012 60,97% das ações da sociedade. Os 39,03% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.  
A Companhia com sede em Itajaica, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.  
Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que em 31 de dezembro de 2012 está classificada como uma operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa 36; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de cerâmica de 50% da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop, administradora uma loja em Belo Horizonte; e a (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, especializadas em revestimentos cerâmicos. É a única franquia de revestimentos cerâmicos do Brasil e conta com 110 lojas.  
**2. Resumo das principais políticas contábeis**  
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1. Base de preparação**  
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o "custo reavaliado" que ocorreu em 2006 para terrenos, edificações e benfeitorias. Os ativos e passivos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado contra o resultado do exercício.  
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Àquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa 3.  
**2.2. Consolidação**  
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).  
As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.  
**2.2.1. Demonstrações financeiras consolidadas**  
**a) Controladas**  
Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente

exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.  
O percentual de participação societária da Companhia em empresas controladas é como segue:

	Percentual do capital votante
	31 de dezembro de 2012
Portobello América, Inc.	100,00
PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda.	99,94
Portobello Shop S.A.	99,90
Mineração Portobello Ltda.	99,76

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das demonstrações financeiras consolidadas.  
A conciliação entre os valores do Patrimônio Líquido e resultados dos exercícios apresentados pela Companhia e consolidado, é apresentada como segue:

	Patrimônio Líquido	Resultado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2012
Controladora	127.119	81.790
Reversão do lucro não realizado	-	-
Consolidado sem a participação dos não controladores	127.119	81.790

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	21	120.122	97.488	121.113	97.980
Empréstimos e financiamentos	22	75.584	79.600	75.584	79.600
Parcelamento de obrigações tributárias	23	22.029	20.731	22.961	21.773
Impostos, taxas e contribuições	25	6.545	6.761	7.245	4.313
Imposto de renda e contribuição social a recolher	15	3.488	3.63	4.142	5.41
Provisões para contingências	26	1.288	988	1.322	1.015
Adiantamentos de clientes		20.636	17.245	20.813	17.325
Obrigações sociais e trabalhistas		17.581	15.868	18.459	16.780
Provisão para perdas em investimentos	18	41.496	38.582	-	-
Provisão para participação nos lucros		5.220	-	5.452	-
Dividendos a pagar	38				

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**b) Transações e participações das não controladoras**  
A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.  
Quando a Companhia ou suas controladas deixam de ter controle, qualquer participação retida é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se os ativos e passivos relacionados tivessem sido diretamente alienados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

**2.2.2. Demonstrações financeiras individuais**  
Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Assimetria no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendo a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

**2.3. Apresentação de informações por segmento de negócio**  
As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório de administração para o órgão gerenciador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

**2.4. Conversão de moeda estrangeira**  
**a) Moeda de apresentação e moeda funcional**  
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das informações consolidadas.

**b) Transações em saldos**  
As demonstrações financeiras estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como outros ganhos e perdas líquidas, exceto as operações de financiamentos que estão reconhecidas no resultado financeiro.

**c) Empresas controladas**  
Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

**2.5. Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**2.6. Ativos Financeiros**  
**2.6.1. Classificação**  
Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo pelo método do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**a) Empréstimos e recebíveis**  
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não vinculados com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "contas a receber de clientes", bem como "caixa e equivalentes de caixa".

**b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento**  
São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por não serem cotados em mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção de mantê-los por sua maturidade ou em caráter até o vencimento.

**c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)**  
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

**d) Ativos financeiros disponíveis para venda**  
Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

**2.6.2. Reconhecimento e mensuração**  
As comprs e as vendas realizadas no investimento são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; nesse último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são avaliados como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.

**2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros**  
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**  
A Companhia possui uma operação de derivativo na modalidade Lei 4.131 Trade Exportador com *Swap* que está classificada no passivo não circulante, atrelada ao grupo de empréstimos e financiamentos, e não é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

**2.8. Impairment de ativos financeiros**  
A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. O ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; ii) uma queda de preço, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira; iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos financeiros.

**2.9. Contas a receber de clientes**  
As demonstrações financeiras correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decorso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*contraíção*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

**2.10. Estoques**  
Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

**2.11. Depósitos judiciais**  
Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e o valor líquido realizável não circulante, realizável a longo prazo.

**2.12. Recebíveis da Eletrobrás**  
Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadaria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% a.a.

**2.13. Investimentos**  
Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o ativo é vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrer perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial". No passivo circulante está classificada a provisão para perda em investimento na controlada Portobello América que está em fase de descontinuação.

Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa 18).

**2.14. Imobilizado**  
O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.639/07, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização. As bases contábeis subsequentes são incluídas no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser recuperado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baseado em todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Ativos	Anos
Edificações, obras civis e melhorias	33
Máquinas e equipamentos	14
Móveis e utensílios	5
Computadores	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa 19). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

**2.15. Intangível**  
O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minério e fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização calculadas pelo método linear, mencionadas na nota explicativa 20, levando em consideração a vida útil definida para o ativo, como segue:

Ativos	Anos
Softwares	5
Direito de exploração de jazidas	5
Marcas e patentes	Indefinida
Fundo de comércio	Indefinida
Sistema de gestão	(a)

(a) Ativo intangível em formação e sua vida útil ainda será definida.

determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável e entende que os saldos em 31 de dezembro de 2012 estão próximos do valor justo.

**2.16. Arrendamentos mercantis**  
Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia e suas controladas assumem substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos", e registrados como uma compra financeira, reconhecido, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa 19.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia e suas controladas são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriadas ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

**2.17. Impairment de ativos não financeiros**  
Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

**2.18. Fornecedores**  
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos e fornecedores no curso normal de negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**2.19. Empréstimos e financiamentos**  
Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

**2.20. Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes**  
As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não podem mais recursos.

**2.21. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**  
O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a possibilidade futura de operação de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são relacionados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

**2.22. Benefícios a empregados**  
**a) Plano de previdência privada**  
A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício máximo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigação legal nem construir de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas de moeda em que os benefícios serão pagos e a duração do plano de pensão estimada, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das pressmas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que, ao longo do plano de pensão, estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido. Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

**b) Plano de participação nos resultados**  
O reconhecimento desta participação, quando aplicável, é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável. A participação nos resultados é avaliada com base no balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções sob a rubrica "Outras despesas operacionais". Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos decorrentes.

**c) Incentivo de longo prazo (ILP)**  
A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a entidade recebe serviços dos empregados como contraprestação por caixa ou ações da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções (caixa ou pagamento em ações), é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia (nota explicativa 29). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

**2.23. Capital social**  
O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e está classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa 30.

**2.24. Custos de emissão**  
Os custos de emissão de ações são reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, deduzindo o valor das ações emitidas.

**2.25. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**  
Os dividendos e juros sobre capital próprio são distribuídos aos acionistas da Companhia a menos que o passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**2.26. Reconhecimento da receita**  
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transfêrencia de propriedade, quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfêitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

**a) Venda de produtos - atacado**  
A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfêita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. Os riscos não ocorrem até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os entregadores de entrega de produtos tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado com o tipo de cliente (Home Vendas, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

**b) Receita de royalties**  
A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos de licenciamento de propriedade intelectual.

**c) Receita financeira**  
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

**2.27. Resultado de operações descontinuadas**  
O resultado de operação descontinuada é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment* e são apresentadas na nota explicativa 36.

**2.28. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**  
**a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas**  
As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias no período contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2013, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia e suas controladas.

• IAS 1 - "Comparações das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido.

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de

crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descaçamento contábil.

• O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle.

• IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma prevê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operacionais em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.

• IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.

• IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e a fidelidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.

A administração ainda avaliou o impacto total dessas normas e alterações de normas, mas não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**  
**3.1. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**  
Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

**a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos**  
A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

**b) Provisões para contingências**  
A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

**c) Provisões para perda no estoque**  
A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens não são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem em um custo superior ao valor realizável líquido.

**d) Imposto de renda e contribuição social diferidos**  
Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

**e) Plano de previdência privada**  
O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (realidade) que estão para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que tem prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa 28.

**3.2. Julgamentos críticos nas informações das políticas contábeis da entidade**  
**a) Recebíveis da Eletrobrás**  
O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadaria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos de observatório pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

**b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias**  
O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em Arreafatura já foram convertidos em precatório e encontram-se inseridos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S.A. já efetuou o pagamento em agosto de 2011 e março de 2013 de parte dos haveres em favor da Companhia correspondente respectivamente à primeira e segunda parcela anual, de um total de 10 parcelas, conforme disposição contratual.

**c) Parcelamento MP 470**  
O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação - Mandado de Segurança - tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon).

**d) Benefícios fiscais de ICMS**  
A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa 22(b). O Supremo Tribunal Federal - STF proferiu decisões em Acções Diretas, declarando a inconstitucional

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Consolidado em Reais							
	31 de dezembro de 2012		Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
	Risco	%	R\$	%	R\$	%	R\$	
Aplicações	Baixa CDI	6,90%	3.905	5,18%	2.929	3,45%	1.953	
Total			3.905		2.929		1.953	
Operação								
Empréstimos - Capital de giro	(11.872)	Alta CDI	6,90%	(819)	8,63%	(1.024)	10,35%	(1.229)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(3.428)	Alta CDI	6,90%	(237)	8,63%	(296)	10,35%	(355)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(50.354)	Alta CDI	6,90%	(3.474)	8,63%	(4.343)	10,35%	(5.212)
Empréstimos - Exim Pré-embarque TJ 462	(502)	Alta TJLP	5,50%	(28)	6,88%	(35)	8,25%	(41)
Total	(66.156)		(4.558)		(5.698)		(6.837)	

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2012 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi enlão agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Consolidado em Reais							
	31 de dezembro de 2012		Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	18.183	2,0435	-	2,5544	4.546	3,0653	9.092	
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(22.205)	2,0435	-	2,5544	(5.551)	3,0653	(11.103)	
Empréstimos e financiamentos	(48.006)	2,0435	-	2,5544	(12.002)	3,0653	(24.003)	
Comissões	(815)	2,0435	-	2,5544	(204)	3,0653	(408)	
Passivos líquidos expostos	(52.843)	2,0435	-	2,5544	(13.211)	3,0653	(26.422)	

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros. O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Empréstimos e financiamentos	165.600	118.954	166.515	119.810
Parcelamento de obrigações tributárias	131.590	143.967	133.407	146.711
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(56.576)	(8.091)	(58.870)	(10.065)
Créditos com outras pessoas ligadas	(100.398)	(93.780)	(100.398)	(93.780)
Dívida líquida	140.216	161.590	140.654	162.676
Total do patrimônio líquido	127.119	81.750	127.127	81.798
Total do capital	267.335	242.840	267.781	244.474
Índice de alavancagem financeira	52	66	53	67

A Companhia conta com linhas de créditos disponíveis e não utilizadas no montante de R\$ 13.913 em 31 de dezembro de 2012.

5. Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
	Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e recebíveis	56.576	8.091	58.870	10.065
Caixa e equivalentes de caixa	137.626	104.303	142.678	107.867
Contas a receber de clientes	8.457	7.924	8.494	7.961
Depósitos judiciais	36.819	31.059	36.819	31.059
Recebíveis da Eletrobrás	239.478	151.377	246.861	156.952
Total	239.478	151.377	246.861	156.952
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores	120.122	97.488	121.113	97.980
Empréstimos e financiamentos	165.600	118.954	166.515	119.810
Parcelamento de obrigações tributárias	131.590	143.967	133.407	146.711
Total	417.312	360.409	421.035	364.501

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de créditos de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P):

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
	Contas a receber de clientes	13.673	14.018	14.173
Grupo 1	121.291	87.350	125.725	91.148
Grupo 2	3.571	5.746	3.701	5.996
Grupo 3	138.535	107.114	143.599	111.772
Total	138.535	107.114	143.599	111.772
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (não considerar dinheiro em caixa)	56.080	6.169	58.044	7.654
AAA (bra)	1	116	1	120
AA+ (bra)	238	1.163	238	1.166
BBB	141	-	151	-
Outros	116	643	420	1.125
Total	56.576	8.091	58.854	10.065

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação *impaired* e não *impaired*

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Duplicatas a vencer não <i>impaired</i>	Duplicatas vencidas não <i>impaired</i>	Duplicatas a vencer não <i>impaired</i>	Duplicatas vencidas não <i>impaired</i>	Duplicatas a vencer não <i>impaired</i>	Duplicatas vencidas não <i>impaired</i>	Duplicatas a vencer não <i>impaired</i>	Duplicatas vencidas não <i>impaired</i>
A vencer	125.911	211	97.280	96.851	429	-	-	429
Vencidos até 30 dias	10.846	-	10.834	12	6.552	-	6.529	27
Vencidos de 31 a 90 dias	759	-	727	609	502	-	502	102
Vencidos de 91 a 360 dias	819	-	307	512	917	-	504	413
Vencidos há mais de 360 dias	200	-	85	115	1.757	-	1.757	-
Total	138.535	125.700	11.953	882	107.114	96.851	7.535	2.728

\* Para constituição das duplicatas *impaired* considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Duplicatas a vencer não <i>impaired</i>	Duplicatas vencidas não <i>impaired</i>	Duplicatas a vencer não <i>impaired</i>	Duplicatas vencidas não <i>impaired</i>	Duplicatas a vencer não <i>impaired</i>	Duplicatas vencidas não <i>impaired</i>	Duplicatas a vencer não <i>impaired</i>	Duplicatas vencidas não <i>impaired</i>
A vencer	130.850	130.639	-	211	100.467	100.038	-	429
Vencidos até 30 dias	10.918	-	10.906	12	6.622	-	6.602	27
Vencidos de 31 a 90 dias	760	-	728	32	609	-	502	102
Vencidos de 91 a 360 dias	871	-	347	524	1.979	-	810	1.169
Vencidos há mais de 360 dias	200	-	85	115	2.095	-	1.757	-
Total	143.599	130.639	12.066	894	111.772	100.038	7.912	3.822

\* Para constituição das duplicatas *impaired* considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa 22. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de dezembro de 2012, o total de contas a receber das em garantia era de R\$ 63.229 (R\$ 38.606 em 31 de dezembro de 2011).

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
	Produtos acabados	96.460	76.693	96.636
Produtos em processo	7.826	8.777	7.826	8.777
Matérias-primas e materiais de consumo	11.174	7.412	11.174	7.412
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(5.505)	(7.895)	(5.568)	(9.090)
Importações em andamento	9.977	5.566	9.977	5.566
Total	119.932	90.553	120.045	90.553

11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
	Circulante			
ICMS	530	389	520	389
IPI (a)	820	892	840	892
IRRF/CSRF	23	-	23	4
IRPJ/CSLL	-	699	459	1.152
Outros	77	101	222	245
Total	1.450	2.081	2.064	2.682
Não circulante				
ICMS sobre ativo imobilizado	1.682	1.762	1.682	1.762
Total	1.682	1.762	1.682	1.762

a) A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidente sobre os produtos de fabricação e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, foi pela quarta vez prorrogada, conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e será mantida até 31 de dezembro de 2013. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

12. Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança requeirando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia. O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Resalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal "crédito-prêmio do IPI", de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada.

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda	-	513	413	919	(2.564)	(63)	(3.045)	(435)
Contribuição social	-	186	46	233	(924)	-	(1.097)	(106)
Total	-	699	459	1.152	(3.488)	(63)	(4.142)	(541)

Operação	Consolidado em Reais							
	31 de dezembro de 2012		Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
	Risco	%	R\$	%	R\$	%	R\$	
Aplicações	Baixa CDI	6,90%	3.905	5,18%	2.929	3,45%	1.953	
Total			3.905		2.929		1.953	
Operação								
Empréstimos - Capital de giro	(11.872)	Alta CDI	6,90%	(819)	8,63%	(1.024)	10,35%	(1.229)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(3.428)	Alta CDI	6,90%	(237)	8,63%	(296)	10,35%	(355)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(50.354)	Alta CDI	6,90%	(3.474)	8,63%	(4.343)	10,35%	(5.212)
Empréstimos - Exim Pré-embarque TJ 462	(502)	Alta TJLP	5,50%	(28)	6,88%	(35)	8,25%	(41)
Total	(66.156)		(4.558)		(5.698)		(6.837)	

	Consolidado em Reais							
	31 de dezembro de 2012		Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	18.183	2,0435	-	2,5544	4.546	3,0653	9.092	
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(22.205)	2,0435	-	2,5544	(5.551)	3,0653	(11.103)	
Empréstimos e financiamentos	(48.006)	2,0435	-	2,5544	(12.002)	3,0653	(24.003)	
Comissões	(815)	2,0435	-	2,5544	(204)	3,0653	(408)	
Passivos líquidos expostos	(52.843)	2,0435	-	2,5544	(13.211)	3,0653	(26.422)	

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Empréstimos para partes relacionadas							
Grupo 3	1.945	896	-	-	1.945	896	-	-
Total	1.945	896	-	-	1.945	896	-	-

A classificação interna de risco para clientes está descrita a seguir:  
 • Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).  
 • Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.  
 • Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
	Conta corrente	3.155	8.091	3.655
Aplicações financeiras	53.421	-	55.215	-
Total	56.576	8.091	58.870	10.065

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimentos, cuja rentabilidade e média do fundo ser resgatada a 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento.

8. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora							Total
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	
Em 31 de dezembro de 2011	11.111	80.366	70.314	1.026	1.389	48	13.058	177.312
Adições*	-	-	846	121	668	-	22.560	24.195
Transferências.....	-	5.291	19.669	18	-	-	(24.978)	-
Depreciação.....	-	(2.821)	(11.843)	(214)	(441)	(18)	-	(15.337)
Baixas.....	-	-	-	-	-	-	(329)	(329)
Em 31 de dezembro de 2012	11.111	82.836	78.986	951	1.616	30	10.311	185.841

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Custo dos produtos vendidos.....	13.898	14.253	13.898	14.253
Despesa comercial.....	950	840	988	887
Despesa administrativa.....	489	372	493	372
Total.....	15.337	15.465	15.379	15.512

20. Intangível

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Software.....	12.358	311	12.358	311
Direito de exploração de jazidas.....	1.000	450	1.000	450
Marcas e patentes.....	150	150	150	152
Fundo de comércio.....	-	-	-	190
Sistema de gestão (a).....	14.221	14.209	14.209	14.209
Total.....	27.729	15.120	27.729	15.120

(a) Refere-se aos gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, também denominado Sistema de Gestão da Cadeia de Valor, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demetra e Inventory Optimization e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor. Os gastos serão amortizados mediante conclusão das aquisições e implementações de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia. Parte do Sistema de gestão que se refere ao WMS já iniciaram as amortizações.

b) Movimentação do intangível

	Controladora				
	Software	Direito de exploração de jazidas	Marcas e patentes	Sistema de gestão	Total
Em 31 de dezembro de 2011	451	659	150	3.407	4.658
Adições*	-	-	-	10.814	10.814
Amortizações.....	(140)	(200)	-	(12)	(352)
Em 31 de dezembro de 2012	311	450	150	14.209	15.120

	Consolidado					
	Software	Direito de exploração de jazidas	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Sistema de gestão	Total
Em 31 de dezembro de 2011	451	659	152	80	3.407	4.749
Adições*	-	-	-	210	10.814	11.024
Amortizações.....	(140)	(202)	-	-	(12)	(354)
Baixas.....	-	-	-	(100)	-	(100)
Em 31 de dezembro de 2012	311	457	152	190	14.209	15.319

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Custo dos produtos vendidos.....	241	252	243	256
Despesa comercial.....	14	2	14	14
Despesa administrativa.....	97	136	97	136
Total.....	352	390	354	406

c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:

	2013	2014	2015	2016	2017
Software.....	116	68	48	40	39
Direito de exploração de jazidas.....	203	202	52	-	-
Sistema de gestão (a).....	2.368	3.158	3.158	3.158	2.367
Total.....	2.687	3.428	3.258	3.198	2.406

(a) Plano de amortização baseado na estimativa da conclusão das aquisições e implementações. Os itens marcas e patentes e fundo de comércio no total de R\$ 342 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida.

21. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Fornecedores.....	120.541	98.105	121.532	98.597
Mercado interno.....	98.292	88.463	99.283	88.955
Mercado externo.....	22.249	9.642	22.249	9.642
Decomposição do valor nominal ao valor presente Total.....	(419)	(617)	(419)	(617)
	120.122	97.488	121.113	97.980

22. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Vencimentos.....	1.000	450	1.000	450
Encargos 2012.....	12.358	311	12.358	311
Total.....	13.358	761	13.358	761

Moeda estrangeira

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Moeda estrangeira	VC+5,44 a.a.¹	5.877	4.278	5.877
Moeda nacional	VC+3,29% a.a.	45.331	34.396	45.331

Não circulante

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Moeda estrangeira	VC+6,21% a.a.¹	2.675	7.610	2.675
Moeda nacional	VC + 6,21% a.a.	2.675	9.951	2.675

1. Taxa média

VC - Variação Cambial  
UFIR - Unidade Fiscal de Referência

a) **Pré-pagamento e adiantamento de contrato de câmbio** - A Companhia celebrou contratos de pré-pagamento no montante de US\$ 10.431 em 2010 e 2011. Os contratos tem prazo de até 30 meses e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A. e Portobello S.A.

b) **FINIMP** (conjunto de linhas de crédito especiais para importação de bens de capital, máquinas, equipamentos, e serviços) - De Julho de 2012 a Dezembro de 2012, a Companhia celebrou vários contratos de FINIMP no valor de R\$ 36.815 com taxa média de 2,78 % a.a. prazo médio de 6 meses, sendo os pagamentos efetuados nos finais dos contratos. Para estes contratos foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, na média de 38% do saldo devedor do contrato.

c) **Exim Pré-embarque TJ 462** (modalidade de financiamento, com recursos oriundos do BNDES, que figura como um adiantamento para produção de produtos destinados à exportação) - Em abril de 2010, a Companhia celebrou contrato de "BNDES - exim Pré-embarque TJ-462" no valor de R\$ 4.000 com juros de TJLP acrescida de 6,80% a.a. O prazo é de 3 anos, dividido em um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

d) **FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos** - Em maio de 2010 a Companhia celebrou um contrato com a FINEP no valor de até R\$ 30.103, com juros de 5% a.a. e prazo de 80 meses, sendo 20 meses de carência. Em primeira parcela no montante de R\$ 13.248, foi totalmente liberada em 02 de setembro de 2010. Em dezembro de 2012, foi liberada a segunda parcela, no montante de R\$ 5.572. Para este contrato foi necessária a apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 3% a.a.

e) **NCE - Nota de Crédito de Exportação** - Em maio de 2012, a Companhia celebrou contratos de NCE junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 15.000, com juros de 9,24% a.a., com vencimento em 5 parcelas, sendo a primeira em 14 de julho de 2012, a segunda em 14 de outubro de 2012, a terceira em 14 de janeiro de 2013, a quarta em 15 de abril de 2013 e a última em 14 de julho de 2013. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 114% do saldo devedor do contrato.

f) **Lei nº 4.131 Trade Exportador com Swap** por CDI - Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou um contrato no valor de R\$ 50.000 com prazo de pagamento em 60 meses e carência de 24 meses. As amortizações são semestrais (nota explicativa 8) e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

g) **Arrendamento Financeiro** - Em maio de 2012, a Companhia celebrou um contrato de leasing junto ao SG Equipment Finance S.A no valor de R\$ 2.418 milhões com juros de 10,90% a.a. e prazo de 36 meses. Em julho de 2012, a Companhia celebrou um contrato de leasing junto a Hewlett Packard HP no valor de R\$ 450 mil com juros de 0,4578% a.m. e prazo de 36 meses. Para ambos os contratos foram dados como garantias os bens financiados.

h) **PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense** - Em julho de 2009 a Companhia obteve Regime Especial para o Estado de Santa Catarina. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente - AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a média do custo de giro circulante, 9,89% ao ano.

\* O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008);

• Carência de 48 meses;

• Prazo de 120 meses;

• Atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

As operações de empréstimos e financiamentos com saldos em 31 de dezembro de 2012, não apresentam cláusulas restritivas.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa 9) e de controlada (nota explicativa 42), aval dos controladores e de controlada. Neste trimestre não foram dados em garantia, estoques de produtos acabados.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Vencimentos em 2013.....	-	19.128	-	19.128
2014.....	18.055	8.957	18.055	8.957
2015.....	25.580	5.254	25.580	5.254
2016.....	26.963	2.580	26.963	2.580
2017.....	17.217	1.963	17.217	1.963
2018.....	2.201	1.472	3.116	2.328
Total.....	90.016	39.354	90.931	40.210

A exposição dos empréstimos a variações na taxa de juros e as datas de repacificação contratual nas datas do balanço são como seguem:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Seis meses ou menos.....	41.834	33.485
Seis a 12 meses.....	5.142	19.164
Um a cinco anos.....	58.719	37.550
Acima de cinco anos.....	915	856
Total.....	106.610	91.055

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Reais.....	117.594	74.607	118.509	75.463
Euros.....	714	1.074	714	1.074
Dólares dos Estados Unidos.....	47.292	43.273	47.292	43.273
Total.....	165.600	118.954	166.515	119.810

O valor justo dos empréstimos justos é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 6,26% (8,71% em 31 de dezembro de 2011).

As obrigações de arrendamento financeiro estão descritas conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos	-	-
Menos de um ano.....	1.107	39
Mais de um ano e menos de cinco anos.....	2.592	39
Total.....	1.699	-

Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros..... (299) (1)

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro.....	2.400	38
O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:	-	-
Menos de um ano.....	917	38
Mais de um ano e menos de cinco anos.....	1.483	38
Total.....	2.400	38

23. Parcelamento de obrigações tributárias

	Obrigações fiscais		Pedido de parcelamento		31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Data	Parcelas a vencer	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011		
Portobello S.A.....	INSS Dez/09	26	6302	8.987				
	IPI Dez/09	26	4.281	6.083				
	PIS Mar/09	17	178	310				
	COFINS Mar/09	17	820	1.426				
	IRPJ Mar/09	17	1.301	2.265				
	CSLL Mar/09	17	1.484	842				
	Lei 11.941/09 (a) Nov/09	145	118.224	124.054				
Total da Controladora.....			131.590	143.967				
Parcela do circulante.....			22.029	20.731				
Parcela do não circulante.....			109.561	123.236				
Portobello Ltda.....	Lei 11.941/09 (a) Nov/09	25	507	763				
Portobello Shop S.A.....	INSS Mar/09	17	61	107				
	COFINS Mar/09	17	472	821				
	IRPJ Mar/09	17	67	121				
	CSLL Mar/09	17	171	298				
	Lei 11.941/09 (a) Nov/09	145	606	614				
Total das Controladas.....			1.817	2.744				
Total do Consolidado.....			133.407	146.711				
Parcela do circulante.....			22.961	21.773				
Parcela do não circulante.....			110.446	124.938				

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Vencimento 2012.....	-	20.731	-	21.773
2013.....	22.031	20.869	22.962	21.742
2014.....	16.958	15.852	17.341	16.211
2015 a 2023 (*).....	84.753	79.182	85.214	79.614
2024.....	7.848	7.333	7.890	7.371
Total.....	131.590	143.967	133.407	146.711

(\*) Em dezembro de 2012 e dezembro de 2011 respectivamente, as parcelas anuais agrupadas serão de R\$ 9.417 e R\$ 8.798 para a Controladora e R\$ 9.468 e R\$ 8.846 para o Consolidado.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em Novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme faculto a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa 24).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 1.185 sem atraso superior a três meses, bem como efetiva a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se o pagamento for realizado através da outorga de ações deverá ser considerado o valor médio da ação no período de três meses antes da data do pagamento do incentivo. E a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012 e o valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2012 é R\$ 2.117,6, e R\$ 2.623 consolidado.

\* Lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização.

† Emprestimos e financiamentos associados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontadas de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários.

**30. Patrimônio líquido**

**a) Capital social**

(valores integrais, não arredondados)

A Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 40.798.244 representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em novembro de 2012, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 72.159.243,12 (setenta e dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e três reais e oito centavos), passando de R\$ 112.957.487,40 (cento e doze milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos), para R\$ 40.798.244,28 (quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil, duzentos e quarenta e quatro reais e vinte e oito centavos).

A redução voluntária no capital social da Companhia aprovada pela AGE de 22 de novembro de 2012, ocorreu devido à perda patrimonial, resultando na absorção de prejuízos acumulados, amparado pelo Art. 173 da Lei nº 6.404/76, não havendo alteração na quantidade total de ações. Como consequência os eventuais lucros a pagar de então não serão mais destinados à conta de prejuízos acumulados, ficando a disposição da AGF.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 31 de dezembro de 2012 havia 61.992.352 ações em circulação, o equivalente a 38,99% do total de ações emitidas (61.992.547 em 31 de dezembro de 2011, equivalente a 38,99% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

**b) Reserva de lucros**

**Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 2012, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 3.283 conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

**Reserva de lucros a destinar**

A reserva de lucros a destinar no montante de R\$ 46.786 em 31 de dezembro de 2012 refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, após a destinação de 5% para reserva legal e de 25% de dividendos mínimos obrigatórios.

Os Administradores da Companhia irão propor em Assembleia Geral a destinação desta reserva para aumento de capital no montante de R\$ 5.000 em observância aos artigos 169 e 199 da Lei das Sociedades por Ações e o montante de R\$ 41.786 a fim de atender ao projeto de crescimento das negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme proposta de orçamento de capital, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 também da Lei das Sociedades por Ações.

**c) Reserva de reavaliação**

Constituída em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas em laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

A reserva de reavaliação está sendo realimentada conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados, líquida dos encargos de construção. O mesmo efeito da realização da reserva de reavaliação está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

Em conformidade com o ICPC 10, a Companhia registrou um valor complementar de R\$ 2.517 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo reavaliado dos terrenos, este que em 2006 quando a reavaliação foi realizada, a legislação não permitia a incidência. O ICPC 10 orienta as Companhias a constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos quando "é evidente que os benefícios econômicos associados ao ativo não depreciável irão ser revertidos para a própria entidade, sejam estes derivados da venda atual, da venda futura ou do próprio uso do ativo". O imposto de renda e contribuição social diferido correspondente a reserva de reavaliação de terrenos, construções e benfeitorias estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa 15(b).

Considerando o complemento das reservas de reavaliações, estas aprovadas pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo da reavaliação de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 43.713 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 45.292 em 31 de dezembro de 2011), a despesa de depreciação da reavaliação, líquida dos efeitos tributários de IR e CSLL diferidos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 1.579 (R\$ 1.580 em 31 de dezembro de 2011), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre a reserva de reavaliação registrado no passivo não circulante é de R\$ 17.933 (R\$ 18.470 em 31 de dezembro de 2011), vide nota explicativa 15(b).

A Companhia optou por manter o saldo das reservas de reavaliação de 31 de dezembro de 2006 até sua total realização, em consonância com a Lei 11.638/07.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Em 31 de dezembro de 2011			(73.738)	
Realização da reserva de reavaliação		1.579		
Lucro do exercício (sem a participação dos não controladores)		65.664		
Redução de capital		72.159		
Reserva legal (reserva de lucro)		(3.283)		
Dividendos destinados		(13.742)		
Juros s/capital próprio		(1.853)		
Reserva de lucros a destinar		(46.786)		
Em 31 de dezembro de 2012		-		

**31. Receitas**

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Receita bruta de vendas	830.500	702.241	882.769	745.384
Deduções da receita bruta	(171.011)	(154.281)	(176.298)	(158.578)
Devoluções	(156.564)	(136.204)	(161.796)	(140.499)
Impostos sobre vendas	(14.447)	(18.077)	(14.502)	(18.079)
Receita líquida de vendas	659.489	547.960	706.471	586.806
Mercado interno	609.055	513.914	653.091	543.279
Mercado externo	50.434	34.046	53.380	43.527

**32. Despesas por natureza**

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	(18.188)	(1.028)	(18.188)	(1.028)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	226.358	201.913	224.186	200.027
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	31.719	29.627	31.719	29.627
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	2.565	2.672	2.565	2.672
Mão de obra e benefícios a empregados	112.087	103.717	119.451	110.937
Salários, encargos e serviços de terceiros	17.946	14.556	23.989	20.865
Amortização e depreciação	15.511	15.720	15.556	15.782
Despesas com aluguel e leasings operacionais	7.822	6.626	8.093	6.626
Comissões sobre vendas	15.114	11.927	15.135	11.927
Despesas com marketing e publicidade	6.529	7.122	11.192	10.925
Outras despesas comerciais	12.243	15.672	15.531	17.579
Outras despesas administrativas	3.066	2.618	3.269	2.740
Total	562.456	497.857	583.543	516.780

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo a conta de estoque de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam pelas baixas.

**33. Outras receitas e despesas operacionais líquidas**

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços com partes relacionadas	2.623	3.187	-	-
Receita de serviços prestados a terceiros	1.031	886	1.031	886
Créditos tributários (a)	3.833	-	3.833	-
Contrato de exclusividade bancária	2.100	-	2.100	-
Consolidação parcelamento 11.941/09 (nota 23(a))	-	3.613	-	3.613
Atualização atuarial (nota 28.1)	1.577	1.589	1.577	1.589
Outras receitas	518	621	466	636
Total	11.682	9.986	9.007	6.724
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências trabalhistas (nota 26)	(987)	(5.110)	(1.109)	(5.110)
Provisão para contingências civis (nota 26)	(237)	(3.254)	(270)	(3.298)
Provisão para contingências tributárias (b)	-	-	(431)	-
Provisão para participação no resultado (c)	(7.057)	-	(8.367)	-
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 29)	(2.176)	-	(2.623)	-
Custo de ociosidade (d)	-	(3.610)	-	(3.610)
Consultoria em projeto	(47)	(3.759)	-	-
Atualização atuarial (nota 28.1)	(174)	(395)	(474)	(395)
Outras despesas	(693)	(2.202)	(1.382)	(2.618)
Total	(11.641)	(14.571)	(18.415)	(15.031)
Total líquido	41	(4.675)	(9.408)	(8.307)

**Conselho de Administração**

<b>Cesar Bastos Gomes</b> - Presidente <b>Plínio Villares Musetti</b> - Conselheiro <b>Mário José Gonzaga Petrelli</b> - Conselheiro	<b>Cesar Gomes Júnior</b> - Vice-Presidente <b>Francisco Amaury Olsen</b> - Conselheiro <b>Maurício Levi</b> - Conselheiro	<b>Cláudio Ávila da Silva</b> - Conselheiro <b>Glauco José Goldt</b> - Conselheiro <b>Rami Naoum Gidfajn</b> - Conselheiro
<b>Diretoria</b>		
<b>Cesar Gomes Júnior</b> - Diretor Presidente <b>John Shojiro Suzuki</b> - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores		

**Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal da Portobello S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado do exercício, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado, notas explicativas, bem como o Relatório da Administração

<b>Haroldo Pabst</b>	<b>Mario Marcos Hadlich Filho</b>	<b>Rodrigo Sanciovy</b>
----------------------	-----------------------------------	-------------------------

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas Portobello S.A.  
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Portobello S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Portobello S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações

(a) Créditos extemporâneos de PIS e COFINS do período de janeiro/2008 a maio/2012.

(b) Pagamento de débitos tributários referente imposto sobre Serviço da Prefeitura Municipal de Fraiburgo.

(c) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício. (d) Durante o segundo trimestre de 2011, houve a redução do volume de produção como parte de ações estratégicas da Companhia para adequar seus níveis de estoque. Desta forma parte dos custos fixos incorridos no período foram reconhecidos diretamente no resultado, a fim de não mensurar os produtos elaborados a um valor acima de seu custo normal. O tratamento contábil está de acordo com o CPC 16.

**34. Outros ganhos (perdas), líquidos**

A variação cambial líquida registrada no sob a rubrica de outros ganhos (perdas) líquidos, individual e consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Variação cambial líquida		
Contas a receber	4.187	5.849
Fornecedores	(830)	(1.211)
Comissões	(15)	(8)
Total	3.342	4.630

**35. Resultado financeiro**

O resultado financeiro individual e consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Receitas financeiras				
Juros	1.688	1.486	1.842	1.874
Descontos recebidos	288	177	350	273
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 14)	5.760	4.928	5.760	4.928
Atualização do imposto tributário (nota 16(a))	1.049	1.233	1.049	1.233
Atualização de contas a receber com partes relacionadas (nota 9)	6.604	9.189	6.604	9.189
Ganhos com operações de derivativos (nota 8)	40	-	40	-
Outros	495	747	495	872
Total	15.924	17.760	16.140	18.369
Despesas financeiras				
Juros	(14.442)	(16.325)	(14.678)	(16.530)
Encargos financeiros com tributos	(9.597)	(15.104)	(9.762)	(15.414)
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 26)	(4.309)	(1.861)	(4.315)	(1.861)
Comissões e taxas de serviços	(1.557)	(1.337)	(1.582)	(1.357)
Desajustes/despesas bancárias	(447)	(3.397)	(447)	(3.397)
Descontos concedidos	(1.838)	(1.260)	(1.844)	(1.270)
IOF	(653)	(1.280)	(685)	(1.284)
Pagamento de juros sobre capital próprio (nota 37)	(245)	-	(245)	-
Outros	(632)	(711)	(637)	(726)
Total	(33.720)	(41.275)	(34.195)	(41.839)
Variação cambial líquida				
Empréstimos e financiamentos	(3.635)	(5.777)	(3.635)	(5.777)
Total	(3.635)	(5.777)	(3.635)	(5.777)
Total líquido	(21.431)	(29.292)	(21.690)	(29.247)

**36. Resultado de operações descontinuadas**

Em 17 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a descontinuação das atividades operacionais da controlada Portobello América, tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permanecerá contida para os próximos anos. A desmobilização do ativo está em andamento e os principais ativos e passivos desta unidade, bem como os resultados das operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, são resumidos a seguir:

	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
<b>Ativo</b>				
Circulante	355	592		
Disponibilidades	272	477		
Clientes	22	49		
Outros	61	66		
Total do ativo	355	592		
<b>Passivo</b>				
Circulante	41.851	39.174		
Fornecedores	-	9		
Obrigações sociais e trabalhistas	-	17		
Aluguéis a pagar	-	743		
Dívidas com pessoas ligadas	-	41.839		38.405
Patrimônio líquido	-	(41.496)		(38.582)
Total do passivo	-	355		592

Não houve grupos classificados como mantidos para venda em 2012 e 2011.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma consolidada, portanto, além do resultado da subsidiária Portobello América, Inc. (nota explicativa 18), considera a porção das operações da Controladora na operação descontinuada.

	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
<b>Resultado das operações descontinuadas</b>				
Receita líquida	425	586		
Custo de produtos (serviços)	(40)	(54)		
Lucro bruto	241	532		
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(266)	(565)		
Resultado financeiro	-	(35)		
Outras receitas operacionais	392	-		
Resultado antes do IRPJ/CSLL	527	(548)		
Resultado líquido das operações descontinuadas	527	(548)		

**37. Lucro por ação**

**a) Básico**

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o